



Nota de Abertura

A Comissão Europeia propôs medidas para incentivar e facilitar a reutilização da água na UE para irrigação agrícola. Desta forma, pretende-se proteger o ambiente, os consumidores, ajudando-se os agricultores a fazerem o melhor uso possível das águas residuais não portáteis, atenuando a escassez de água.

Com estas novas regras, são estabelecidos limites mínimos que permitam a reutilização de águas provenientes de estações de tratamento de águas residuais urbanas, abrangendo elementos microbiológicos e requisitos para os controlos de rotina e de validação. Incluída está também a gestão de riscos, de forma a garantir uma reutilização da água segura. Considera-se um maior acesso do público à informação sobre estas práticas.

O panorama hídrico da União indica-nos que um terço do território sofre de stress hídrico durante todo o ano e a escassez de água continua a ser uma preocupação. Com as alterações climáticas e os padrões meteorológicos imprevisíveis, estas novas medidas têm por objetivo fazer face à escassez de água potável, através da reutilização de uma fonte de água que neste momento tem uma utilização muito abaixo do seu potencial. Para além disso, complementam a modernização em curso da economia europeia, a política agrícola comum e as alterações climáticas, e contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como para a transição para uma economia circular, um objetivo importante para a Comissão. **di**

PROF. DOUTOR ALFREDO BORBA
**COORDENADOR DO
CENTRO DE INFORMAÇÃO
EUROPE DIRECT DOS AÇORES**

Novas regras para reduzir o lixo marinho

Por forma a reduzir os plásticos encontrados nas praias europeias e no mar, bem como para as artes de pesca perdidas ou abandonadas, a Comissão propôs novas regras para os 10 produtos de plástico descartáveis mais frequentemente encontrados nas praias europeias e no mar, bem como para as artes de pesca perdidas ou abandonadas, que, no seu conjunto, representam mais de 70% do lixo marinho.

Regras diferentes para produtos diferentes: nos casos em que existem alternativas facilmente disponíveis e acessíveis em termos de preço, os produtos de plástico descartáveis serão banidos do mercado; nos casos de produtos sem alternativas diretas, procurar-se-á limitar a sua utilização através da redução do seu consumo a nível nacional, de requisitos de conceção e de rotulagem e de obrigações de gestão dos resíduos/limpeza para os produtores.



A existência de um conjunto de regras para o todo o mercado da UE proporcionará o desenvolvimento de economias de escala pelas empresas e que estas sejam mais competitivas no mercado mundial em expansão de produtos sustentáveis.

Estas propostas serão agora analisadas, discutidas e votadas no Parlamento Europeu e no Conselho. A Comissão considera este dossiê

prioritário, bem como a prossecução de resultados tangíveis antes das eleições europeias de maio de 2019.

Hoje, dia 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, a Comissão lança uma campanha de sensibilização para pôr em evidência as possibilidades de escolha dos consumidores e salientar o papel dos cidadãos no combate à poluição por plásticos e ao lixo marinho. **di**

Desenvolvimento Regional e Política de Coesão além 2020

Para o próximo orçamento a longo prazo, relativo ao período de 2021-2027, a Comissão propõe modernizar a sua Política de Coesão, a sua principal política de investimento e uma das expressões mais concretas de solidariedade. Embora

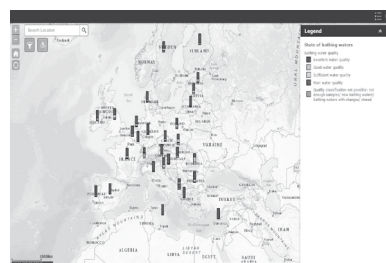
a economia da UE esteja em recuperação, são necessários investimentos adicionais para colmatar lacunas persistentes nos Estados-Membros, ou entre eles. Dispondo de autorizações orçamentais de 373 mil milhões de euros para

2021-2027, os recursos continuarão a ser dirigidos para as regiões que necessitam de recuperar o seu atraso em relação ao resto da UE. Ao mesmo tempo, manter-se-á uma forte ligação direta entre a UE e as suas regiões e municípios. **di**

Qualidade das águas balneares europeias diminuiu ligeiramente em 2017

O último relatório anual sobre a qualidade das zonas balneares europeias, referente a 2017, revela uma ligeira deterioração dos resultados. Não obstante, 85 % das zonas balneares europeias satisfaziam as normas de qualidade «excelente», o que significa que a maioria está isenta de poluentes nocivos.

De acordo com este relatório da Agência Europeia do Ambiente (AEA) e da Comissão Europeia, a quase totalidade das 21 801 zonas balneares monitorizadas em toda a Europa no ano passado, das quais



21 509 nos 28 Estados-Membros da UE (95,9%), satisfaziam as exigências mínimas de qualidade nos termos das regras da UE. A Albânia e a Suíça também monitorizaram as suas zonas balneares, tendo apre-

sentado relatórios sobre a qualidade de 292 zonas.

Em Portugal, foram analisadas 603 estâncias balneares, das quais 480 costeiras, entre 1 de maio e 15 de outubro de 2017, tendo sido colhidas 3801 amostras de água. Destas amostras, 95% foram classificadas como «boas» ou «excelentes». O mapa interativo, que pode ser consultado no sítio Web da AEA, mostra que nos Açores os resultados da maioria das zonas balneares analisadas revelam uma qualidade de água excelente. **di**